

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, apresentar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do competente procedimento licitatório.

O estudo observa ainda as orientações e entendimentos consolidados do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto à adequada caracterização do objeto, justificativa da necessidade, pesquisa de preços e análise de riscos.

2. OBJETO DO ESTUDO

Contratação de pessoa jurídica para a **futura aquisição de material de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia**, destinados à higienização adequada e segura dos ambientes do Hospital José Sabóia, da UPA 24h e das Unidades Básicas de Saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis – TO, em conformidade com os padrões normativos da ANVISA e protocolos de controle de infecção hospitalar.

3. UNIDADE REQUISITANTE

Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, sob gestão da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Conceição Marinho de Farias Rêgo.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

4.1. As unidades de saúde do Município de Tocantinópolis/TO — Hospital José Sabóia, UPA 24h e Unidades Básicas de Saúde — demandam continuamente materiais de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia para a manutenção das condições higiênico-sanitárias exigidas pela legislação sanitária vigente e pelos protocolos de controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS).

4.2. A higienização adequada dos ambientes hospitalares é medida essencial, contínua e inadiável para a prevenção de infecções hospitalares, a segurança dos pacientes internados e dos profissionais de saúde, sendo indispensável o fornecimento regular e ininterrupto dos materiais de limpeza pesada e de lavanderia.

4.3. A interrupção ou insuficiência no fornecimento desses materiais poderá acarretar graves riscos à saúde dos pacientes e profissionais, com potencial elevação das taxas de infecção hospitalar e descumprimento das normas sanitárias aplicáveis, sujeitando o Município a sanções administrativas pelos órgãos de vigilância sanitária.

4.4. A contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, considerando:

- A especialização dos fornecedores e a padronização dos produtos garantem qualidade e conformidade com as exigências sanitárias;
- A contratação via licitação assegura competitividade de preços e economicidade para os cofres públicos;
- A gestão do estoque fica a cargo do contratado, reduzindo o ônus administrativo do Município;
- A flexibilidade na definição das quantidades atende às variações sazonais e operacionais das unidades de saúde.

4.5. Trata-se de aquisição de bem comum, essencial e vinculada à garantia do direito fundamental à saúde e ao cumprimento das normas de vigilância sanitária, nos termos do art. 196 da Constituição Federal e da RDC ANVISA nº 15/2012 e correlatas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- a) Ser pessoa jurídica regularmente constituída;
- b) Fornecer materiais de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com registro ou notificação na ANVISA, quando exigível;
- c) Garantir que os produtos fornecidos possuam prazo de validade compatível com o período de utilização e estejam devidamente rotulados conforme a legislação vigente;
- d) Realizar a entrega dos materiais nos locais, prazos e quantidades definidos pela Secretaria Municipal de Saúde com prazo não superior a 03 dias;
- e) Substituir, às suas expensas, produtos entregues em desconformidade com as especificações contratuais;
- f) Cumprir rigorosamente os prazos e quantitativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Atender às normas da ANVISA, INMETRO e demais legislações aplicáveis à

fabricação, rotulagem e comercialização de produtos saneantes e de limpeza hospitalar;

h) Não subcontratar o fornecimento do objeto sem autorização da Administração;

i) Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1. Capacidade Técnica

A licitante deverá apresentar:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento satisfatório de materiais de limpeza hospitalar ou de lavanderia em quantitativos compatíveis com o objeto licitado;

b) Comprovação de regularidade dos produtos junto à ANVISA ou INMETRO, quando aplicável;

c) Documentação fiscal e sanitária da empresa (alvará de funcionamento, licença sanitária, quando exigível);

d) A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de qualificação técnica encontra fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo necessária e proporcional à natureza dos produtos e à relevância da higienização nos ambientes de saúde.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Verificou-se a existência de empresas no mercado regional e nacional aptas a fornecer materiais de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia, com ampla disponibilidade e concorrência no segmento.

6.2. O objeto enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

6.3. A solução mais vantajosa identificada foi a contratação por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para aquisição de bens comuns.

7. SOLUÇÃO ADOTADA E JUSTIFICATIVA

7.1. A solução adotada é a aquisição mediante Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item.

7.2. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante justificativa e interesse da Administração.

7.3. A contratação assegura economicidade, eficiência, regularidade no fornecimento e manutenção das condições higiênico-sanitárias das unidades de saúde do município.

7.4. Descarte de outras modalidades: A dispensa de licitação (art. 75 da Lei nº 14.133/2021) não se aplica ao caso, pois o valor estimado supera os limites legais para dispensa. A inexigibilidade (art. 74) igualmente não se aplica, uma vez que o objeto é bem comum com ampla oferta no mercado e possibilidade de competição entre fornecedores. O Pregão Eletrônico, portanto, é a única modalidade cabível e obrigatória, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual caberá registrar as ocorrências, atestar o recebimento dos materiais e adotar as providências necessárias ao regular cumprimento do contrato. O nome do fiscal será indicado no instrumento contratual.

8. SUSTENTABILIDADE

8.1. Os produtos saneantes fornecidos deverão possuir registro ou notificação ativa na ANVISA, conforme exigido pela RDC nº 344/2020 e legislação correlata, vedado o fornecimento de produtos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Produtos com certificação ambiental reconhecida (ABNT NBR ISO 14001 ou equivalente) terão a conformidade verificada pelo fiscal do contrato como critério de avaliação qualitativa.

8.2. A contratada deverá realizar a destinação adequada de embalagens e resíduos de produtos saneantes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as normas da ANVISA aplicáveis, sendo vedado o descarte irregular. O cumprimento desta obrigação poderá ser exigido mediante declaração da contratada no ato da entrega dos materiais.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Risco 1 – Desabastecimento sazonal ou atraso na entrega de insumos hospitalares críticos (ex.: hipoclorito de sódio, sacos de lixo infectante)

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Mitigação: Exigência de estoque mínimo de segurança equivalente a 30 dias de consumo, entrega em até 5 dias úteis após requisição, penalidade de 0,5% ao dia sobre o valor do item não entregue no prazo, e possibilidade de aquisição emergencial de terceiros por conta da contratada.

Risco 2 – Fornecimento de produtos vencidos, adulterados ou sem registro ANVISA

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Mitigação: Recebimento provisório com verificação de validade, rotulagem e regularidade ANVISA; recusa imediata e notificação formal da contratada; substituição obrigatória em 48 horas; multa contratual e possibilidade de rescisão unilateral.

Risco 3 – Insuficiência orçamentária

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Mitigação: Reserva orçamentária formalizada previamente à abertura do certame, com indicação de dotação no instrumento contratual e monitoramento trimestral da execução financeira.

Risco 4 – Variação de preço ou indisponibilidade de insumos hospitalares críticos no mercado

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Mitigação: Inclusão de cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021; previsão contratual de substituição por produto equivalente aprovado pela Administração em caso de desabastecimento comprovado no mercado; monitoramento de preços durante a vigência contratual.

10. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, permitindo julgamento pelo critério de menor preço por item.

11. PARCELAMENTO

O objeto será dividido em itens, conforme especificações do Termo de Referência, visando ampliar a competitividade e permitir a participação de maior número de licitantes, nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

12. ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto ao Painel de Preços do Governo Federal (paineldepregos.planejamento.gov.br), banco de preços de contratações públicas similares e cotações diretas obtidas junto a fornecedores do segmento, conforme planilha de pesquisa de preços que integra o processo administrativo como documento comprobatório, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021. Os valores médios utilizados resultam da média aritmética das cotações coletadas, conforme demonstrado na tabela constante do item 12.3.

12.2. Valor estimado total: **R\$ 785.567,74 (setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos).**

12.3. Relação de itens estimados:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO
1	45	UN.	DETERGENTE PRÉ LAVAGEM 50 LITROS USO PROFISSIONAL
2	45	UN.	DETERGENTE ALCALINO 50 LITROS USO PROFISSIONAL
3	45	UN.	HIPOCLORITO DE SÓDIO 50 L - USO PROFISSIONAL
4	45	UN.	AMACIANTE CONCENTRADO 50 L USO PROFISSIONAL
5	45	UN.	NEUTRALIZADOR DE RESÍDUOS 50L - USO PROFISSIONAL
6	300	UN.	SABONETE LÍQUIDO 5 L
7	100	UN.	DISCO PARA ENCERADEIRA - PRETO 410 MM
8	40	UN.	DISCO PARA ENCERADEIRA ESCOVA NYLON - PRETO 410 MM
9	100	UN.	DISCO PARA ENCERADEIRA - VERDE 410MM
10	1.000	PCT	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO (MATERIAL INFECTANTE) REFORÇADO 50L PCT C/100 UN.
11	3.500	PCT	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO (MATERIAL INFECTANTE) REFORÇADO 100L PCT C/100 UN.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2026

12	130	UN.	RODO ALUMINIO BORRACHA REFORÇADO TAMANHO GRANDE
13	130	UN.	RODO ALUMINIO BORRACHA REFORÇADO TAMANHO MÉDIO
14	1.100	PCT	PAPEL HIGIENICO ROLÃO 300M 1X8
15	1.100	PCT	PAPEL INTERFOLHADO 1X1000 UNI
16	350	UN.	DETERGENTE NEUTRO PARA USO HOSPITALAR 5 L
17	350	UN.	HIPOCLORITO DE SÓDIO PARA USO GERAL 5 L
18	350	UN.	DESINFETANTE PARA USO HOSPITALAR 5 L
19	250	PAR	LUVA LÁTEX TIPO MUCAMPO PARA LIMPEZA PESADA (P.M.G)
20	30	UN.	CONJUNTO LIMPEZA GERAL PROFISSIONAL (CARRINHO C/ BALDE ESPREMEDOR 20 LT E RODO MOP CABELEIRA)
21	30	UN.	RODO MOP CABELEIRA COM COBO
22	20	UN.	PLACA DE AVISO MOLHADO

13. VIABILIDADE

- **Técnica:** há fornecedores aptos;
- **Econômica:** valor compatível com o mercado;
- **Jurídica:** amparada pela Lei nº 14.133/2021;
- **Administrativa:** necessária para manutenção das condições higiênico-sanitárias das unidades de saúde.

14. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

14.1. O impacto orçamentário estimado é de R\$ 785.567,74 (setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), classificado na ação programática 13.10.10.302.0002.2-086 (Manutenção do Hospital Mun. José Sabóia), 13.10.10.122.0002.2-071 (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde), 13.10.10.301.0018.2.141 (Manutenção do Laboratório Municipal) e 13.10.10.302.0002.2.084 (Manutenção da UPA), natureza de despesa 3.3.90.30 — Material de Consumo, com cobertura por recursos do Fundo Municipal de Saúde — Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (MAC) e/ou recursos próprios do Município, observadas as regras de aplicação dos repasses federais do SUS, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme reserva orçamentária formalizada anteriormente à abertura do certame.


14.2. A despesa encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme declaração do Setor de Finanças e Arrecadação do Município de Tocantinópolis — TO,

que integrará o processo administrativo como documento comprobatório, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

15. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da futura aquisição de material de limpeza pesada hospitalar e de lavanderia, destinados à higienização dos ambientes do Hospital José Sabóia, da UPA 24h e das Unidades Básicas de Saúde do Município de Tocantinópolis – TO, atendendo ao interesse público, às normas da ANVISA e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Tocantinópolis/TO, 12 de março de 2026.


Gizelle Silveira Santos
Diretora da atenção primária

Gizelle Silveira Santos

Diretora da Atenção Primária Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO